

Tributaristas criticam prazo curto da PGFN para regularização fiscal

Tributaristas estão preocupados com a disputa entre a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pela preferência para cobrar d vidas dos cidadãos. Segundo advogados ouvidos pela **ConJur**, a disputa pode prejudicar o contribuinte.

A Receita [acusa](#) a PGFN de ter reduzido o tempo para os contribuintes regularizarem a situação diante do Fisco. Além disso, alega interferência no processo administrativo especial que o órgão conta para fazer a cobrança para débitos tributários acima de R\$ 10 milhões de pessoas físicas e empresas.

A [Portaria PGFN 33/2018](#) obriga a Receita a enviar o processo   procuradoria para inscrever o contribuinte na D vida Ativa da União, antes do período de mais de 180 dias em que ela tenta cobrar os impostos de maneira amigável. Os créditos inscritos em D vida Ativa são acrescidos de encargos legais. A portaria em questão é a mesma que [regulamentou o bloqueio de bens de inscritos na d vida sem decisão judicial](#). Esse ponto já foi questionado em algumas a oes que tramitam no Supremo Tribunal Federal.

O advogado **Fábio Calcini**, do Brasil Salomão e Matthes Advogados, diz que a abreviação do tempo da fase de cobrança administrativa pela Receita prejudica o cidadão. “Nesse embate o único que sai prejudicado é o contribuinte”, afirmou. Apesar disso, ele diz que o dispositivo acertou ao regulamentar a revisão da inscri o na d vida ativa, por exemplo.

Na opinião de **Breno Dias de Paula**, presidente da comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a PGFN regulamenta e impõe procedimentos administrativos “de forma explícita” para justificar acréscimo de encargos legais, que podem chegar a 20%. “Os integrantes de ambas as carreiras devem se unir em prol do interesse público e da sociedade. E os contribuintes não devem abrir mão do direito ao devido processo legal e contraditório, verdadeiras garantias fundamentais, perante o Poder Judiciário”, acrescentou.

A tributarista **Rebeca Drummond de Andrade**, do Andrade Advogados Associados, opina na mesma linha do membro da OAB. Para ela, é preciso diálogo institucional e regras claras, sobretudo no campo tributário. “O contribuinte precisa saber se tem chance de ser intimado no âmbito do processo administrativo especial ou se os débitos serão logo inscritos em d vida ativa. Se os órgãos da própria administra o não se entendem, como será possível que os contribuintes saibam as regras do jogo?”

Para **Eduardo Uchôa Athayde**, do escritório da Fonte Advogados, a ampliação do conjunto de atos administrativos relacionados à exigência dos créditos fazendários é relevante para toda a sociedade, mas a utilização de tais instrumentos deve respeitar as normas constitucionais e as garantias conferidas aos contribuintes. “Por conta disso, quando a PGFN delibera isoladamente e define um procedimento mais gravoso em desfavor do devedor do tributo e a exclusão de uma etapa administrativa cujo volume de êxito na satisfa o do crédito tributário   elevada, está descumprindo o dever de eficiência e coopera o com os contribuintes”, afirmou.